

1 **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU – 2016**

2 Aos vinte e um dias do mês de julho de 2016, às 14h06min, o Comitê das Bacias
3 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu) deu início à
4 3ª Reunião Ordinária do Plenário do Comitê Guandu, no Auditório do Pavilhão de Aulas
5 Teóricas, no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica/RJ,
6 tendo como pauta os seguintes assuntos: **1** – Leitura e aprovação da ata da reunião
7 anterior 24.05.2016; **2** – Aprovação do Edital para o Processo Eleitoral biênio 2017-2018; **3**
8 – Proposta de cobrança da água do Canal de São Francisco; **4** – Apresentação do
9 andamento do SIGA-GUANDU; **5** – Atual situação dos recursos do FUNDRHI; **6** –
10 Preenchimento do questionário de avaliação; **7** – Assuntos Gerais. O Diretor executivo,
11 Decio Tubbs (UFRRJ), agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião solicitando a
12 aprovação da ata da reunião anterior (24.05.16). A ata foi aprovada por unanimidade. **2** –
13 O diretor executivo apresentou o Edital aos membros presentes. Após uma breve leitura da
14 minuta do edital, com destaque para o cronograma (descrito no Anexo I do Edital), Decio
15 Tubbs (UFRRJ) solicitou a aprovação do edital. O Edital do Processo Eleitoral foi
16 aprovado. O diretor geral, Julio Cesar Antunes (ABES) solicitou inversão de pauta, para
17 aguardar outros representantes de usuários envolvidos na discussão do item 3. **5** – Andrei
18 Alves (K2 Sistemas) iniciou a apresentação do projeto SIGA-GUANDU. Falou sobre a
19 estrutura do sistema e suas finalidades. Andrei (K2 Sistemas) demonstrou uma navegação
20 pelos produtos do SIGA-GUANDU, especificando o uso de cada um deles: Sala de
21 Situação, Siga Web, Observatório e Publicações. Andrei (K2 Sistemas) mencionou que,
22 além dos quatro produtos já publicizados, existe um quinto, ainda não disponível para o
23 público: o gerenciamento de projetos. O produto serve para que os gestores da AGEVAP
24 atualizem informações a respeito dos projetos contratados para o Comitê Guandu, de
25 modo que o público possa fazer a consulta de forma interativa. Andrei Alves (K2 Sistemas)
26 finalizou a apresentação. Nelson Reis (OMA-Brasil) relatou que assistiu à apresentação do
27 SIGA-GUANDU feita durante o ENCOB, realizado em Salvador, e destacou a importância
28 da produção de um vídeo para instruir o usuário sobre a navegação no sistema.
29 Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) perguntou se a aba de projetos possibilita que projetos para
30 o Comitê Guandu podem ser apresentados no sistema. Andrei Alves (K2 Sistemas)
31 respondeu que não, apenas os contratados para o Comitê Guandu – os que estão em
32 desenvolvimento e os já concluídos –, mas poderia ser pensado um canal no site para
33 receber modelos de projeto. Julio Cesar Antunes (ABES) concordou com a ideia,
34 explicando que poderia ser disponibilizado um conjunto de características mínimas para
35 apresentação de projetos ao Comitê Guandu. **5** - Julio Cesar Antunes (ABES) passou ao
36 quinto item de pauta, comentando que, em relação ao destino dos recursos, seria
37 elaborada uma lista para definir quais projetos seriam priorizados e quanto seria aplicado
38 em custeio da entidade delegatária, para que fosse marcada uma reunião com a Secretaria
39 de Estado do Ambiente. Lívia Soalheiro (SEA) fez um resumo sobre a estrutura dos
40 recursos financeiros públicos pertencentes aos Comitês de Bacia, com destaque para
41 situação atual, que teve início em dezembro de 2015, com anormalidade no fluxo de
42 recursos que seria destinado aos comitês. Relatou que houve mobilização do Conselho
43 Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ) para solicitar informações a respeito dessa
44 anormalidade. Devido à ausência de resposta da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio
45 de Janeiro, foram elaboradas outras correspondências do CERHI-RJ. Relatou que a
46 mobilização também passou pelo Fórum Fluminense de Comitês de Bacia, INEA e SEA. E
47 relatou que, em 20 de julho de 2016, foram realizados alguns depósitos. Explicou que
48 todas as alternativas dos Comitês de Bacia e do CERHI-RJ tem sido empreendidas, e que

49 toda essa mobilização tem acompanhamento do Ministério Público Estadual do Rio de
50 Janeiro. Julio Cesar Antunes (ABES) comentou que, considerando alguns editais já
51 lançados, alguns programas foram priorizados, como o Produtores de Água e Floresta.
52 Além disso, o diretor geral relatou que outra decisão tomada foi manter a equipe da
53 Secretaria Executiva. O mesmo citou a resolução nº 120 do Comitê Guandu, aprovada em
54 24 de maio de 2016 e submetida também ao CERHI-RJ, que dispõe sobre a flexibilização
55 da utilização dos recursos financeiros para garantir o funcionamento da entidade
56 delegatária em situações extremas. Relatou que estão sendo pensadas alternativas para o
57 fluxo dos recursos da cobrança, mas que ainda são ideias complexas. Julio Cesar Antunes
58 (ABES) relatou que é sabido que alguns segmentos tiveram outras reuniões para tratar do
59 assunto, mas o Comitê Guandu não foi informado oficialmente. Ponderou que, num
60 momento anormal, não é cabível iniciar projetos e interromper outros já em andamento. O
61 mesmo passou ao item 3, que dispõe sobre proposta de cobrança pelo uso da água para
62 usinas térmicas no canal de São Francisco. 3 – Foi disponibilizada a minuta de resolução.
63 Julio Cesar Antunes (ABES), diretor geral, fez um histórico da discussão, que passa pela
64 qualidade de água, que sofre variação com a intrusão salina, e a relação dessa salinidade
65 com a condutividade. Contou que, em certos momentos, foram sugeridos percentuais, e
66 foram propostas condições e valores. E, a partir das discussões e estimativas de vazão,
67 chegou-se a um número de 10% de água doce disponível para captação na região
68 específica do Canal de São Francisco definida na minuta de resolução. Julio Cesar
69 Antunes (ABES) mencionou que o assunto foi avaliado na Câmara Técnica de
70 Instrumentos Legais e de Gestão do Comitê Guandu. Concluiu que, após dez anos de
71 discussão e sem condições sólidas de elaborar parâmetros, a minuta de resolução serve
72 para iniciar a cobrança na região do Canal de São Francisco para usinas térmicas e refinar
73 o debate. A ideia é chegar em valores compatíveis com a missão do Comitê Guandu de
74 fazer a gestão dos recursos hídricos na Bacia. Julio Cesar Antunes (ABES) destacou que
75 foram duas grandes crises nos últimos anos (2003 e 2014), e é necessário que todos
76 estejam em condições de debater e elaborar uma fórmula consistente de cobrança. Nelson
77 Reis (OMA-Brasil) comentou que deve existir um prazo na minuta de resolução que motive
78 as instituições interessadas em discutir o problema da intrusão salina. Comentou que
79 existem ferramentas hoje que possibilitam a discussão e resolução dos problemas, tanto
80 para as empresas da foz quanto para comunidades locais, como os pescadores. João
81 Bosco (UEZO) destacou que o texto não está claro em relação ao valor a ser cobrado na
82 captação da usina térmica. Decio Tubbs (UFRRJ) explicou que a cobrança para captação
83 em usina térmica é relativa à porção estimada de água doce presente na captação da
84 usina térmica, definida em 10%. E, a ideia proposta é que, até que a discussão estivesse
85 estruturada, seria considerado um valor de 10% em relação ao valor nominal descrito na
86 outorga. Julio Cesar Antunes (ABES) descreveu que esse percentual é relativo ao valor
87 nominal já cobrado por água doce. João Bosco (UEZO) comentou que, dá a entender que
88 já existe um valor sendo cobrado, e precisa ser desmembrado entre a cobrança e o valor a
89 ser cobrado. Julio Cesar Antunes (ABES) explicou que o valor nominal é em relação ao
90 que já é cobrado na bacia. Lívia Soalheiro (SEA) explicou que esse valor nominal já é
91 cobrado, e por se tratar de uma água com características diferenciadas, não será cobrado
92 o valor integral, sendo cobrado o valor parcial de 10%. Julio Cesar Antunes (ABES)
93 ressaltou que o valor é referente à captação específica de água para utilização em usina
94 termelétrica. Concordou em determinar mais claramente no texto. João Bosco (UEZO)
95 sugeriu inserir um parágrafo, fazendo menção à cobrança para água doce já instituída na
96 bacia do Comitê Guandu. Lívia Soalheiro (SEA) respondeu que o texto já considera a

97 cobrança instituída na bacia, mas concordou em redigir melhor a seção do texto em
98 questão. Eduardo Dias (GERDAU) questionou se a definição não seria melhor se fossem
99 considerados os usuários da foz, ao invés de usinas termelétricas. Julio Cesar Antunes
100 (ABES) respondeu que não, já que a minuta de resolução trata da questão específica em
101 relação à proximidade da captação de termelétricas com o Canal de São Francisco.
102 Eduardo Dias (GERDAU) questionou se o problema é em relação à cunha salina. Julio
103 Cesar Antunes (ABES) respondeu que a ideia não é juntar as captações e situações das
104 empresas do Canal de São Francisco. A ideia é que fosse solucionado um problema de
105 falta de outorga em relação a alguns usuários, até que seja discutida uma solução
106 permanente. Eduardo Dias (GERDAU) ratificou que o problema da salinidade está sendo
107 vinculado ao processo de captação, embora haja outros usuários captando na mesma
108 região. Julio Cesar Antunes (ABES) comentou que as captações em questão estão
109 próximas da foz, e se o escopo incluir outras captações, o tema volta aos primeiros passos
110 de discussão, e não seria possível viabilizar solução para o momento. O mesmo adicionou
111 que, considerando o tipo de outorga, apenas dois usuários serão afetados discussão.
112 Eduardo Dias (GERDAU) sugeriu condicionar a aplicação da resolução à região da foz, e
113 não condicionar ao processo industrial. Julio Cesar Antunes (ABES) respondeu que o
114 conceito de foz é vago. José Governo (JLG Consultoria) comentou que a TKCSA tem uma
115 outorga específica para usina térmica. Comentou que, no processo da TKCSA, foram
116 obtidas duas outorgas: uma para a termelétrica e uma outorga convencional. O órgão
117 ambiental estadual do Rio de Janeiro não entrou em consenso com os usuários de que,
118 apesar da usina ser construída para trabalhar com água salgada, a usina captava água
119 doce em algumas situações. Então, num certo momento, chegou-se a uma fórmula e com
120 o percentual de 10%. Ana Carolina Fiorini (UFL) relatou que esteve na discussão da
121 Câmara técnica, e sugeriu definir que a resolução seja considerada temporária, e que
122 sejam considerados parâmetros a partir de novos estudos. Também comentou que o termo
123 proximidade pode ser vago para o tema. Decio Tubbs (UFRRJ) explicou que existem
124 modelagens que consideram o avanço das cunhas salinas. Em relação à temporariedade,
125 ressaltou que pode gerar um problema de tirar a validade da outorga e gerar um processo
126 de discussão como este que acontece hoje. O mesmo comentou que, no Plano de Bacia,
127 pode existir uma solução de enquadramento para a região do Canal de São Francisco.
128 Jorge Cardoso (FURNAS) comentou que a preocupação é em relação ao posicionamento
129 da usina de FURNAS. Comentou que em agosto de 2015, a média de condutividade diária
130 apontou que a qualidade de água captada para refrigeração era semelhante à do mar. E
131 que a usina devolve toda a água captada para o Canal. Explicou que o problema pode
132 inviabilizar a operação da usina, destacando que a usina de FURNAS, de 48 anos, tem alta
133 importância estratégica. E o valor a ser pago precisa levar essa viabilidade em conta. Julio
134 Cesar Antunes (ABES) Destacou que a participação nas discussões é importante, e que a
135 ideia é encontrar uma solução para o momento, enquanto serão analisadas outras
136 alternativas que contemplem todos os usuários, além de fomentar as discussões. O diretor
137 geral sugeriu que os casos implantados no futuro deverão ser analisados para verificar se
138 sofrerão os efeitos da resolução. Eduardo Dias (GERDAU) comentou sobre a preocupação
139 em restringir apenas às usinas térmicas, inviabilizando a discussão em momentos futuros,
140 considerando que usuários como a GERDAU também sofrem com a cunha salina. Decio
141 Tubbs (UFRRJ) entrevistou, relatando que o processo de discussão foi aberto aos usuários, a
142 GERDAU participou e, aparentemente, não houve integração entre as indústrias para
143 construir uma solução. Julio Cesar Antunes (ABES) explicou, considerando as discussões
144 do GTAOH, que a GERDAU não se encontra no cenário de variação na captação de água

145 doce sobre o qual a minuta dispõe. O mesmo destacou que o processo tem sido
146 construído de maneira cuidadosa e participativa, embasado por estudos, considerando a
147 operação de todas as empresas do Canal de São Francisco. O mesmo destacou que é
148 necessária a participação contínua nas discussões, e lembrou que a proposta é para o
149 momento, a partir de entendimento entre os atores envolvidos, e a minuta já é um
150 raciocínio encaminhado. Sugeriu colocar a minuta em votação. Eduardo Dias (GERDAU)
151 concordou com o raciocínio, e sugeriu que seja inserido um parágrafo. Paulo de Tarso
152 (FIRJAN) destacou a importância da participação em todo o processo de discussão dos
153 temas relativos à cobrança na bacia. Julio Cesar Antunes (ABES) reconheceu que o
154 processo não é simples, e que a participação é a melhor forma de promover o debate.
155 Comentou que existem instâncias que podem contribuir para as dúvidas e situações
156 técnicas que surgem durante o desenvolvimento de projetos. Resumiu que é muito difícil,
157 em apenas uma reunião, fazer um histórico dos dez anos de discussão. Parabenizou todos
158 pela ótima discussão, mas pediu que todos tentem alinhar propostas e participar
159 continuamente das discussões. Nelson Reis solicitou que sejam considerados quatro
160 quilômetros para “proximidade”. Julio Cesar Antunes (ABES) explicou que, considerando o
161 cenário atual, ficam contempladas por essa resolução o termo “proximidade”, amarrando à
162 questão de ser “termelétrica” e por conta dos níveis de salinidade, já define bem quem
163 serão os usuários da região afetados pela resolução. Julio Cesar Antunes (ABES)
164 destacou que o percentual de 10% foi escolhido por conta da inviabilidade de estimar
165 percentuais. Dentro da fórmula da cobrança, poderá ser ajustado esse coeficiente. Jorge
166 (FURNAS) destacou que poderia ser pensado, na fórmula, um meio para não penalizar a
167 usina de FURNAS, que capta água com alta salinidade. Julio Cesar Antunes (ABES)
168 destacou que os usuários envolvidos precisam estar presentes durante as discussões para
169 que seus casos sejam debatidos. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) comentou que é
170 importante que os usuários participem ativamente das discussões. E destacou que a
171 minuta de resolução atende à necessidade imediata de regularização da outorga de alguns
172 usuários, e que haverá continuidade dos estudos – com a participação de todos – para
173 considerar todos os usos. Julio Cesar Antunes (ABES) comentou que construção de
174 soluções conjuntas é um processo lento. Julio Cesar Antunes (ABES) declarou que é
175 interessante ver o grande número de contribuições. Foram recebidas contribuições em
176 relação à aplicação da resolução: dispõe sobre os usuários existentes, definido tempo de 3
177 anos para a cobrança. Nelson Reis (OMA-Brasil) preocupou-se com o critério da intrusão
178 salina, que pode ser muito abrangente. Julio Cesar Antunes (ABES) destacou que isso
179 pode ser solucionado através de uma justificativa com parecer técnico, considerando
180 disponibilidade de água doce menor do que 10% em relação ao total de água captada.
181 Caroline Lopes (AGEVAP) destacou que é importante considerar a resolução número 357
182 do CONAMA, em relação aos critérios de água doce, salobra e salgada. A sugestão foi
183 aceita. Julio Cesar Antunes (ABES) reiterou que as propostas podem vir por escrito, caso
184 não seja possível comparecer as reuniões. Caroline Lopes (AGEVAP) explicou que é
185 importante definir na resolução qual o período será considerado para definir a qualidade de
186 água captada. Decio Tubbs (UFRRJ) comentou que os usuários podem apresentar os
187 estudos em relação à qualidade de água, para definir uma série. Julio Cesar Antunes
188 (ABES) sugeriu manter o efeito da resolução considerando um período de cinco anos,
189 excluindo período de crise hídrica, estes últimos definidos por documentação da Agência
190 Nacional de Águas. Waldemiro Andrade (Barra do Piraí) sugeriu condicionar o fator de
191 crise hídrica à vazão em Santa Cecília, já que oficialmente não há um consenso sobre
192 crise hídrica. Optou por manter apenas o período de cinco anos. A sugestão foi aceita por

193 todos. Nelson Reis (OMA-Brasil) apontou que a definição para “proximidade” fomenta o
194 compartilhamento de informações por parte dos usuários com o Comitê. Após
195 contribuições, a minuta de resolução foi posta em votação. A resolução foi aprovada por
196 unanimidade. 6 – Julio Cesar Antunes (ABES) destacou a importância do preenchimento
197 do questionário, já que é uma das metas do contrato de gestão da AGEVAP. 7 – Assuntos
198 Gerais. Decio Tubbs (UFRRJ) comentou o problema, relacionado a licenciamento
199 ambiental, da mortandade de peixes por conta de uma contaminação séria no município de
200 Paracambi. Também falou sobre outro processo: uma empresa que jogava chorume direto
201 no Rio, e o empreendimento, localizado em Seropédica, não era de conhecimento geral. O
202 diretor executivo também informou sobre a criação de um lixão no município de Paracambi.
203 Pediu aos municípios que atentem para essas questões, principalmente porque o destino
204 irregular de resíduos atinge a Baía de Sepetiba. Comentou que os assuntos serão tratados
205 tecnicamente em breve. Registrou que houve pronto atendimento das equipes do INEA e
206 da CEDAE na situação da contaminação, e que a participação popular auxiliou no caso de
207 Seropédica. Nelson Reis (OMA-Brasil) comentou sobre sua participação no XVIII ENCOB,
208 realizado em Salvador-BA, também registrada em relatório entregue à Secretaria
209 Executiva. Nelson (OMA-Brasil) sugeriu que o Comitê Guandu divulgue contato de
210 *Whatsapp*. Comentou que vai disponibilizar contato para que as pessoas contem a história
211 de sua aproximação com a gestão de recursos hídricos. Também fez a sugestão de que
212 sejam discutidos os recursos financeiros destinados à realização de eventos como o
213 ENCOB, e que esses recursos sejam valorizados na forma de retorno do que é produzido
214 nesses eventos. Decio Tubbs (UFRRJ) informou que deve ser realizada uma reunião
215 extraordinária em outubro para aprovação do Plano de Aplicação Plurianual. Comentou
216 que, na data, também haverá reunião para eleição do Conselho Gestor da APA-GUANDU.
217 Também informou que é necessário escolher um representante do Comitê Guandu para a
218 APA Mendanha. Magno Roza (EMATER-RIO) candidatou-se. A sugestão foi aceita. Julio
219 Cesar Antunes (ABES) falou sobre a Câmara Metropolitana e o planejamento que está
220 desenvolvido para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Destacou que sete
221 municípios da bacia estão inseridos na RMRJ, e a complexidade do assunto requer um
222 envolvimento substancial dos representantes. Julio Cesar Antunes (ABES) comentou que
223 isso será reforçado nas câmaras técnicas, e há uma tentativa de intensificar a participação.
224 Informou que alguns arquivos estão disponíveis no site do Guandu. Julio Cesar Antunes
225 (ABES) ressaltou a importância de as instituições participarem junto aos seus respectivos
226 segmentos. Julio Cesar Antunes (ABES) agradeceu publicamente a Livia Soalheiro (SEA)
227 e Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) por suas participações no ENCOB. O Comitê Guandu teve
228 participação muito importante no evento. O diretor geral frisou que todos que contribuíram
229 para a elaboração da resolução pudessem comparecer com propostas e presença nas
230 próximas discussões, pois o tema tem uma alta repercussão. O mesmo reconheceu que a
231 construção poderia incluir as contribuições de FURNAS de uma maneira mais efetiva. Elias
232 de Deus saudou os presentes, e apresentou que é pescador e atua no Canal de São
233 Francisco. Relatou que pesca há 30 anos. E, hoje, o problema é que as empresas estão
234 preocupadas com água. E os pescadores estão preocupados com o sustento, que é
235 produto da pesca. Relatou, indignado, que a construção da soleira no Canal de São
236 Francisco inviabilizou a atividade pesqueira no canal. Relatou que houve comunicação à
237 Marinha, e pediu que o Comitê Guandu se sensibilizasse com a situação dos pescadores,
238 agravada pela construção da soleira. Registrou que a instalação compromete o direito dos
239 pescadores. Foram buscados os órgãos competentes na Marinha e no Governo Estadual.
240 Colocou que a situação doméstica é gravíssima. Julio Cesar Antunes (ABES) relatou que

241 colocou o Comitê Guandu à disposição para articular uma reunião específica entre os
242 pescadores e atores que possam ajudar a construir uma solução. Já que a soleira é uma
243 solução provisória. Essa discussão passou dentro do Comitê Guandu. O que foi sabido é
244 que foram feitas reuniões. Decio Tubbs (UFRRJ) sugeriu que a reunião seja realizada na
245 primeira semana de setembro. Julio Cesar Antunes (ABES) pediu que sejam pensadas
246 algumas soluções para o momento. Magno Roza (EMATER-RIO) parabenizou a fala dos
247 pescadores, e relatou que sente falta de falas da sociedade no Comitê Guandu. Relatou
248 que o papel do Comitê pode ser capacitar os cidadãos para que participem. Relatou que os
249 conselhos municipais de Meio Ambiente precisam repensar seus processos, para
250 modificarem a escolha de seus presidentes – que atualmente são nomeados pelos
251 Prefeitos - para favorecer a gestão social. Maria Dalva (FIPERJ) agradeceu pela
252 participação nos encontros estadual e nacional de comitês de bacias hidrográficas, e pôs-
253 se à disposição para auxiliar na questão da comunidade de pescadores. Amisterdan
254 Ribeiro (SIMARJ) comentou sobre a ferramenta “Fala Comitê”, parabenizando a iniciativa
255 como boa oportunidade de divulgação da gestão participativa. Como lista de
256 encaminhamentos, segue: **1 - Produzir vídeo, para divulgação no Youtube, explicando
257 o funcionamento do SIGA-Guandu; 2 - Encaminhar a resolução da Cobrança para o
258 INEA; 3 - Agendar a 1ª Reunião Extraordinária para outubro, com os seguintes
259 assuntos: a) Eleição do Conselho Gestor da APA Guandu; b) Aprovação do PAP-
260 Guandu 2017-2020; 4 - Agendar reunião com a FIPERJ e com os pescadores do canal
261 de São Francisco para início de setembro.** O Diretor Geral agradeceu a presença de
262 todos e encerrou a reunião às 17h40min. Eu, Lucas Lacerda, tomei a termo que segue
263 assinada pelo Diretor Geral e pelo Diretor Executivo:
264
265
266

268 Julio Cesar Oliveira Antunes (ABES)
269 Diretor Geral

268 Decio Tubbs Filho (UFRRJ)
269 Diretor Executivo

270 MEMBROS PRESENTES:

271 **Usuários:** Livia Magalhães (CEDAE), Abílio Faia (FCC), Paulo de Tarso (FIRJAN),
272 Eduardo Dias representando Analice de Castro (GERDAU), Diego Ruas (Petrobras),
273 Raquel Alves representando Marcio Dias (SFE), Pâmela Reis (TKCSA), Amisterdan
274 Ribeiro (SIMARJ);
275

276 **Sociedade Civil:** João Bosco de Salles (UEZO), Decio Tubbs (UFRRJ), Nelson Reis
277 (OMA-Brasil), Julio Cesar Antunes (ABES);
278

279 **Governo:** Waldemiro Barbosa de Andrade (P.M. Barra do Piraí), Carlos Alberto Penne
280 (P.M. Nova Iguaçu), Andreia Loureiro (P.M. Queimados), Ronaldo Sabino (P.M. Rio Claro),
281 Gisele da Cruz representando Monique Fontes (P.M. Itaguaí); Livia Soalheiro (SEA),
282 Magno Roza (EMATER-RIO), Maria Dalva Ribas (FIPERJ);
283

284 MEMBROS AUSENTES:

285
286
287

288 **Usuários:** Frederico Coelho (CEDAE), Dalço Simoni (AMBEV), Viviane Montebello
289 (NUCLEP), Eduardo Gomes (Sindicato Rural de Rio Claro), Sabina Campagnani
290 (FURNAS), José Gomes (LIGHT);

291
292 **Sociedade Civil:** Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi), Vera Agarez (UVA), Fernando
293 Ribeiro (CI-Brasil), Vera Martins (ACAMPAR), Maurício Ruiz C. Branco (ITPA), Maurício
294 Fernandes (SIMA), Markus Stephan (APEDEMA), Hendrik Mansur (TNC), ABAS, Paulo
295 Sergio Farias (SINTSAMA);

296
297 **Governo:** José Arnaldo de Oliveira (P.M. Japeri), Claudio Ribeiro (P.M. Miguel Pereira),
298 Mario Amaro (P.M. Piraí), Elaine Gonçalves (P.M. Paracambi), Ademar Quintella (P.M.
299 Seropédica), Sebastiana Cesário (INEA), Felipe Brasil (CREA-RJ), Ricardo Nogueira
300 (ICMBio);

301
302 **CONVIDADOS:** Nathália Vilela (AGEVAP), Rodrigo Soares (Votorantim), Barbara Souza
303 (Votorantim), Jeysson Marcelino (Coca-Cola), Jorge Cardoso (FURNAS), Renê Gomes
304 (FURNAS), Jaime Matarotti (FURNAS), Sergio (FURNAS), Matheus Ambrósio (Crescente
305 Fértil), André Marques (AGEVAP), Gisela Torres (GEAGUA-INEA), Rayane Borges
306 (GERDAU), Ana Carolina Fiorini (UFL), Fernanda Tubenclak (UFRJ), José Carlos Rossi
307 (São Francisco), Elias de Deus (Pescador), Joci do Nascimento (Pescador), ILEGÍVEL
308 (Pescador), João Daniel, William Weber (Jornalista), José Luiz Governo (JLG Consultoria),
309 Richard Hollanda (Montenegro Comunicação).